

As repercussões do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas vidas de educandos: idas e vindas de suas trajetórias escolares

The repercussions of Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) on the lives of students: comings and goings of their school trajectories

Las repercusiones de Movimiento Brasileño de Alfabetización (MOBRAL) en la vida de los estudiantes: idas y venidas de sus trayectorias escolares

Recebido: 05/07/2020 | Revisado: 17/07/2020 | Aceito: 18/07/2020 | Publicado: 01/08/2020

João Paulo Guerreiro de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3055-8182>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: joaopaulo.guerreiro@ifce.edu.br

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: Sandra.gadelha@uece.br

Resumo

Este estudo volta-se aos ex-alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e tem como objetivo analisar sua atuação em São João do Jaguaribe, no período compreendido entre 1972 e 1979, observando as repercussões do referido Programa nas vidas dos educandos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo explicativo, sob a ótica do método dialético, na qual foram entrevistadas professoras, educandos e gestores do MOBRAL. Constatou-se que, através das memórias, os participantes enriquecem suas narrativas, incorporando avaliações do que representou a experiência em suas vidas. Refletiu-se sobre o rendimento das atividades no município, identificando que as ações de alfabetização funcional, no âmbito rural, tiveram rendimento abaixo do esperado, evasão acentuada, desestímulo e cansaço físico dos alunos. Já na turma de educação integrada, na zona urbana, alguns alunos conseguiram ter bom rendimento, concluindo os estudos e recebendo habilitação para o magistério. Constatou-se que a maioria dos educandos buscava a alfabetização para fins de sufrágio e alguns relatam terem sido vítimas de preconceito, reforçando o estigma e a negação social ao sujeito em situação de analfabetismo. Por fim, este

estudo permite refletir sobre os desafios da educação de jovens e adultos e traz pistas para estudos futuros, que aprofundem esta discussão.

Palavras-chave: MOBRAL; Educandos; Trajetórias de escolarização.

Abstract

This study is aimed at former students of the Brazilian Literacy Movement - MOBRAL and aims to analyze their performance in São João do Jaguaribe city, between 1972 and 1979, observing the repercussions of the referred Program in the lives of students. It is a qualitative research, of an explanatory type, from the perspective of the dialectical method, in which teachers, students and managers of MOBRAL were interviewed. It was found that, through memories, participants enrich their narratives, incorporating assessments of what the experience represented in their lives. It reflected on the performance of activities in the municipality, identifying that the actions of functional literacy, in the rural scope, had a lower than expected performance, marked dropout, discouragement and physical tiredness of the students. In the integrated education class, in the urban area, some students managed to have a good performance, completing their studies and receiving qualification for teaching. It was found that the majority of students sought literacy for the purpose of suffrage and some report having been victims of prejudice, reinforcing stigma and social denial to the subject in an illiteracy situation. Finally, this study allows us to reflect on the challenges of youth and adult education and provides clues for future studies that will deepen this discussion.

Keywords: MOBRAL; Students; Schooling trajectories.

Resumen

Éste estudio está dirigido a ex alumnos del Movimiento Brasileño de Alfabetización - MOBRAL y tiene como objetivo analizar su desempeño en São João do Jaguaribe, entre 1972 y 1979, observando las repercusiones del referido Programa en la vida de los estudiantes. Se trata de una investigación cualitativa, de tipo explicativo, desde la perspectiva del método dialéctico, en el que se entrevistó a docentes, estudiantes y directivos de MOBRAL. Se descubrió que, a través de los recuerdos, los participantes enriquecen sus narrativas, incorporando evaluaciones de lo que la experiencia representó en sus vidas. Reflexionó sobre el desempeño de las actividades en el municipio, identificando que las acciones de alfabetización funcional, en el ámbito rural, tuvieron un desempeño más bajo de lo esperado, deserción marcada, desánimo y cansancio físico de los estudiantes. En la clase de educación integrada, en el área urbana, algunos estudiantes lograron tener un buen desempeño,

completando sus estudios y recibiendo calificaciones para la enseñanza. Se descubrió que la mayoría de los estudiantes buscaban la alfabetización con fines de sufragio y algunos informaron haber sido víctimas de prejuicios, reforzando el estigma y la negación social del sujeto en una situación de analfabetismo. Finalmente, este estudio nos permite reflexionar sobre los desafíos de la educación de jóvenes y adultos y proporciona pistas para futuros estudios que profundizarán esta discusión.

Palabras clave: MOBRAL; Estudiantes; Trayectorias escolares.

1. Introdução

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi um Programa de alfabetização e escolarização de adultos criado durante o regime militar, a partir da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (Araújo & Stamatto, 2018). O Programa incumbiu-se da meta principal de erradicação do analfabetismo no período de dez anos. Em âmbito nacional, o MOBRAL iniciou suas atividades apenas em 1969, porém não de forma homogênea. Houve localidades onde a formação de turmas teve início no decorrer da década de 1970, a exemplo de São João do Jaguaribe, município que iniciou as atividades do Programa apenas em 1971 com a formação de turmas de alfabetização.

A prioridade inicial do MOBRAL voltava-se à alfabetização funcional, justificada pelos índices de analfabetismo de pessoas na faixa etária compreendida entre 15 e 30 anos. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 1960, a taxa de analfabetismo era de 39.4%, percentual que correspondia a 15.815.903 pessoas, em uma população com 40.278.602 habitantes nesta faixa etária. Uma vez alfabetizados, os alunos viriam a assumir postos de trabalho em indústrias e contribuir para o crescimento econômico do país (Silva, 2013).

Este trabalho¹ volta-se aos(às) alunos(as) do MOBRAL em São João do Jaguaribe, suas histórias de vida e anseios no que concerne à alfabetização, bem como a repercussão do Programa em suas vidas. As análises dialogam com os depoimentos de professoras e alunos do Programa, bem como discussões realizadas por Almeida (2017). Diante da breve

¹ Resultante da dissertação de mestrado intitulada “Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe/CE (1972-1979)”, de Almeida (2017).

contextualização ora apresentada, uma questão foi perseguida no decorrer deste texto: Quais as repercussões do MOBRAL na vida de educandos e educandas?

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL em São João do Jaguaribe, no período compreendido entre 1972 e 1979, observando as repercussões do Programa nas vidas dos educandos.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual, segundo Pereira et al. (2018) pressupõe “[...] a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas” (p. 67). O estudo foi do tipo explicativo, sob a ótica do método dialético.

Na pesquisa bibliográfica, autores como Paiva (1973), Coelho (2007), Gomes (2012), Silva (2013) e Almeida (2017) fundamentam a discussão sobre a fundação do MOBRAL em consonância com os contextos histórico-político.

Na pesquisa de campo, realizaram-se entrevistas com a participação de três ex-professoras – dos Programas de Alfabetização Funcional (PAF) e de Educação Integrada (PEI)-, quatro ex-alunos (três do sexo feminino e um do sexo masculino), os quais participaram do PAF nos anos de 1972 a 1976; também foram entrevistados membros da Coordenação Estadual do MOBRAL, na perspectiva de (re)construir a memória existente sobre o Programa nas zonas rural e urbana.

3. O Movimento Brasileiro de Alfabetização

O MOBRAL foi criado no contexto autoritário do Regime Militar, em que foram suplantadas as iniciativas voltadas à alfabetização e conscientização dos sujeitos nas experiências de educação popular. Silva (2013) explica que, ao contrário do ocorrido no período pré-64, o Programa estava empenhado na formação/qualificação de sujeitos para ocupar postos de trabalho na indústria. Sua concepção alinha-se à Teoria do Capital Humano, com implicação direta na articulação entre educação e economia. Esta noção de desenvolvimento era vista da seguinte forma:

[...] a finalidade da alfabetização oferecida pelo MOBRAL estava completamente voltada para o desenvolvimento, uma vez que, naquele momento histórico, era

necessário que o Mobralense: aceitasse o desenvolvimento tal qual estava colocado pela política econômica. Sem questionamentos; se motivasse a ingressar neste desenvolvimento, por meio da alfabetização, desenvolvendo habilidades que facilitassem o seu ingresso no desenvolvimento de forma funcional e acelerada. Onde a ênfase era na informação e, por fim, fazer com que todos transformassem a realidade no sentido colocado como adequado pela linha de desenvolvimento de 1970 a 1985 (Silva, 2013, p. 61)

Diante deste imperativo de desenvolvimento defendido pelos militares, atribuía-se a denominação de alfabetização funcional, pois segundo o documento básico do MOBREAL, fazia-se com que o aluno não somente aprendesse a ler, escrever e contar, mas sim descobrir a função do homem na sociedade, identificada por Gomes (2012) como o desenvolvimento das forças produtivas da nação. Segundo Célia Brito, ex-funcionária da Comissão Estadual do MOBREAL, no Ceará:

O Programa foi politicamente pensado como correia de transmissão da ideologia dominante. Estava se expandindo o mercado... o mercado no sentido das fábricas... precisava-se de mão de obra qualificada. Então é aí que o MOBREAL amplia suas finalidades. Como sendo aquela instância, aquela instituição que além de repassar a ideologia de integrar a sociedade ao projeto político militar. Também se preocupava em qualificar mão de obra pro trabalho. E nesse sentido o MOBREAL manteve-se coerente com a sua filosofia política que era de manutenção da ordem, de alienação mesmo, e de vinculação dos analfabetos de qualificação de mão de obra para o capital.

Neste contexto, a alfabetização era vista como:

[...] um processo formativo no qual o domínio das técnicas de leitura, escrita e cálculo deveria integrar-se à capacitação do alfabetizando para resolver seus problemas fundamentais, entre eles em primeiro lugar os relativos à suas atividades produtivas (Corrêa, 1979 *apud* Gomes, 2012, p. 14).

Evidencia-se, no discurso de Corrêa (1979), que as ações propostas pelo MOBREAL estavam ligadas à formação/qualificação para o mercado de trabalho, exemplo disto foram as turmas de educação profissionalizante, formadas através da parceria público-privado, com vistas a capacitar trabalhadores da indústria. Segundo Gomes (2012, p. 14), isto se deve ao fato de:

[...] o projeto MOBREAL ter sido implantado por um governo planejado, que privilegiava o planejamento e controle da informação, sendo influenciado pelo tecnicismo pedagógico que também orientava as escolas de 1º e 2º graus, na época, e seu objetivo final era preparar urgentemente o indivíduo para o mercado de trabalho,

uma vez que o País passava por um momento de crescimento econômico e intensa urbanização.

Grande influência para as ações do MOBRAL estava na legislação educacional que então vigorava. Segundo Almeida (2017), a Lei 5692/71 (Reforma da educação de 1º e 2º graus) introduzia no sistema educacional brasileiro a lógica de formação mercadológica, materializada nas políticas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos. Além disso, à medida que eram concluídas as turmas de alfabetização funcional, o MOBRAL foi estendendo suas atividades para as quatro séries iniciais, em alguns casos particulares. Seus principais subprogramas eram: Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Programa Cultural, Programa de Ação e Desenvolvimento Comunitário e Programa de Profissionalização, os quais serão melhor detalhados na seção subsequente.

De acordo com Coelho (2007), ao MOBRAL competiam atividades de implantação, execução e avaliação das turmas, assim como acompanhamento e fiscalização do que estava sendo feito em sala de aula. Mostrava-se inevitável, entretanto, que a hierarquia superior do Programa não tivesse controle de todas as ações desenvolvidas no âmbito do Programa. Por isso, havia a necessidade de delegar a responsabilidade para um órgão associado, que se ocupasse da execução das atividades obrigatórias, uma vez que existiam objetivos pré-estabelecidos. De acordo com Escobar (2007, p. 33):

O MOBRAL foi implantado com três fatores básicos essenciais para sua organização. O primeiro fator foi o paralelismo em relação aos demais programas de educação, isto é, seus recursos financeiros também independiam de verbas orçamentárias. O segundo aspecto foi a organização operacional descentralizada, através de Comissões Municipais por quase todos os municípios brasileiros. Eram chamados “representantes” das comunidades, os setores sociais da municipalidade mais identificada com a estrutura do governo autoritário. A terceira característica veio da centralização de direção do processo educativo, através da Gerência Pedagógica do MOBRAL Central, encarregada da organização, programação e execução do treinamento do pessoal para todas as fases, de acordo com as diretrizes estabelecidas da Secretaria Executiva.

Esse delegar responsabilidade ocasionou a criação de Coordenações Estaduais - COEST e Comissões Municipais do MOBRAL - COMUN, cujas atribuições eram orientação e supervisão pedagógica aos envolvidos no Programa. Entretanto, a elaboração de material permanecia centralizada pelo MOBRAL Central, como afirma Coleti (2014, p. 6): “[...] Quem definia os objetivos e currículo era o MOBRAL/CENTRAL, os professores e alunos só seguiam as ‘ordens’”.

4. Os Sujeitos da Educação de Adultos

Dialogar sobre os educandos do MOBREAL significa compreender suas histórias de vida, o que acarretaria a discussão acerca dos motivos que os impediram de ter acesso à escola e nesta permanecer quando crianças, mas também os anseios que os levaram novamente à sala de aula. Significa dar voz a quem teve esse direito negado.

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos têm perfis variados quanto a profissão, gênero, geração e zona de residência. No município de São João do Jaguaribe, entre os que participaram do MOBREAL, encontramos da dona de casa ao agricultor; do jovem ao mais idoso; do residente na zona rural ao que possui morada na zona urbana. No que diz respeito aos sujeitos desta investigação, estes são Hilda, Jacinta, Maria, Francisco. Mas por que não Hildas, Jacintas, Marias, Franciscos, uma vez que suas histórias de vida coincidem com a realidade de tantos outros? Um traço lhes é comum em nosso país: são oriundos das camadas populares e integrantes da classe trabalhadora.

Assim, importa neste momento inicial, fazer uma breve análise sobre quem são os alunos e alunas da EJA. Em documento elaborado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD², afirma-se que os educandos e educandas da EJA são:

[...] Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informação. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua (Brasil, 2006, p. 4-5).

Guardam a identidade de trabalhadores e trabalhadoras, com vínculo empregatício ou não, e são pessoas que outrora tiveram o direito subjetivo à educação negado, mas que, por algum motivo, retornaram aos estudos. Têm visões de mundo, homem, sociedade e educação e, na maioria dos casos, acreditam que esta última pode influenciar na ascensão social. Desta forma, torna-se imprescindível trabalhar com a história da vida dos ex-alunos e ex-alunas do

² Desde 2010, no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2010-2014), passou a denominar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.

MOBRAL, uma vez que esta permitirá a aproximação com o universo em que se encontravam inseridos.

Como salientado anteriormente, nesta investigação houve a participação de quatro ex-alunos do MOBRAL, sobre os quais disserta-se a seguir.

Francisco Mendes, 74 anos, casado com Hilda Alves, agricultor, é ‘o mais velho’ de seis filhos de um casal de agricultores (já falecidos) que residiam no Sítio Nazária, zona rural de São João do Jaguaribe. Frequentou a escola regular até os dez anos de idade, quando abandonou os estudos, pois segundo ele “tinha muita dificuldade de aprender”. Foi aluno do MOBRAL no ano de 1972, aos 26 anos.

Hilda Alves, 71 anos, casada com Francisco Mendes, agricultora, é a terceira de quatro filhos de um casal de agricultores também residentes no Sítio Nazária, zona rural, São João do Jaguaribe. Hilda não frequentou a escola regular. O motivo: “precisava ajudar a mãe em casa”. Foi aluna do MOBRAL no ano de 1972, quando tinha 23 anos.

Jacinta, 69 anos, comerciante, viúva, residente no Centro de São João do Jaguaribe. Frequentou a escola regular até os doze anos, regressando aos estudos no MOBRAL em 1975, quando tinha 24 anos.

Maria, 62 anos, dona de casa, residente no Centro de São João do Jaguaribe. Foi aluna do MOBRAL no ano de 1976, quando tinha 18 anos.

De acordo com os alunos, estes deixaram a escola regular porque precisaram trabalhar para ajudar os pais nas despesas da casa. Hilda Alves, que nunca havia frequentado uma sala de aula, relata por que demorou a fazê-lo depois de adulta, uma vez que havia constituído família: “Os filhos precisavam de atenção”, e então optou por adiar o ingresso nos estudos. Segundo a ex-aluna Hilda Alves (71a.): “[...] eu casei com 16 anos... Aí tinha os meninos, tinha que botar pra dormir, cuidar deles, cuidar da casa, e aí eu não consegui estudar tão cedo” (Hilda Alves³, ex-aluna do PAF).

No depoimento de Hilda evidencia-se um traço ligado ao Gênero, uma vez que numa sociedade fundada no patriarcado as tarefas domésticas recaem sobre a mulher. Desta forma, só poderia voltar à escola se fosse noturna, e se contasse com o pai ou outra pessoa para ajudar com as crianças e tarefas domésticas. Hilda Alves ainda afirma que não se matriculou na escola quando adulta “porque não havia turma para adultos na época, era mais ou menos nos anos 50 (1950, grifo nosso)”. Naquele contexto, ainda prevalecia a educação como um

³ Entrevista concedida a 11 de abril de 2016, no município de São João do Jaguaribe.

privilégio de alguns mais abastados, o que se impunha como negação de um direito (Almeida, 2017).

Em seus depoimentos, as ex-alunas Jacinta e Maria, que haviam frequentado a escola no tempo regular, afirmam que o regresso aos estudos foi tardio devido às condições financeiras da família: “Você decidia se trabalhava ou estudava” (Maria⁴, ex-aluna do PAF), “Tinha que ajudar em casa, meu filho, a família era grande... quando casei as obrigações aumentaram mais, porque tinha os meninos pequenos em casa também” (Jacinta⁵, ex-aluna do PAF).

Os depoimentos das ex-alunas revelam a condição da mulher naquele contexto histórico. Ao gênero feminino era destinado o trabalho de cuidar da família e manter o lar organizado. As mulheres, sobretudo as agricultoras, tinham sua vida presa ao lar e à família, não podendo assim, buscar o acesso à educação (Coelho, 2007).

Segundo uma das professoras entrevistadas, Rosa (70a), os alunos do MOBRAL frequentavam as aulas porque tinham: “[...] o sonho que estudar, de aprender a sentar o nome, de votar. Que na época quem não sentava o nome não podia votar”. Isto evidencia os objetivos daqueles alfabetizando no que respeita à alfabetização no Programa. No universo investigado, muitos deles, quiçá a maioria, matriculavam-se nos cursos de alfabetização funcional tendo como principal desejo aprender a escrever o nome (Almeida, 2017).

O autor acima citado, baseado nas entrevistas realizadas com professoras do MOBRAL, afirma que os educandos da Alfabetização Funcional eram “[...] as pessoas mais humildes, mais simples, pessoas que trabalhavam de enxada, outros não eram aposentados. [...] Tinha quem trabalhava na olaria... agricultor diarista”. Esta afirmação vai ao encontro do perfil do alunado da EJA apresentado em documento da SECAD (2006):

As alunas e alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores e, muitas vezes, a experiência com o trabalho começou em suas vidas muito cedo. Nas cidades, seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais ao trabalho, realizando pequenas tarefas para auxiliá-los. É comum, ainda, que nos centros urbanos, estes alunos tenham realizado um sem-número de atividades cuja renda completava os ganhos da família: guardar carros, distribuir panfletos, auxiliar em serviços na construção civil, fazer entregas, arrematar costuras, cuidar de crianças etc. (Secad, 2006, p. 19).

⁴ Entrevista concedida a 5 de outubro de 2016, no município de São João do Jaguaribe.

⁵ Entrevista concedida a 5 de outubro de 2016, no município de São João do Jaguaribe.

Em se tratando dos(as) alunos(as) da Educação de Adultos nas áreas rurais, percebe-se que estes tiveram que optar, quando crianças ou adolescentes, entre o trabalho ou estudo. Foi o caso de Francisco Mendes, o qual afirma: “Eu precisava ajudar o papai no roçado, eu era o filho mais velho” (Francisco Mendes⁶, ex-aluno do PAF). Esta é uma realidade que se multiplica pelo país:

Nas regiões rurais, a participação no mundo do trabalho começa ainda mais cedo: cuidar da terra, das plantações ou da criação de animais; auxiliar nos serviços caseiros. Muitas vezes, acompanhando os pais e irmãos mais velhos, é comum encontrar um grande número de crianças e jovens já mergulhados no trabalho. Nessas regiões, os horários, os períodos de colheita, de chuva e de seca marcam a vida cotidiana das pessoas e isto, aliado às grandes distâncias, configura condição bastante precária para a escolarização (Brasil, 2006, p. 19).

Não obstante, importa considerar que além de alunos e alunas da EJA, estes são pessoas inseridas no mercado de trabalho. Ou seja: “[...] a grande maioria dos alunos são trabalhadores que chegam para as aulas após um dia intenso de trabalho” (Brasil, 2006), sendo necessário lembrar que este “[...] não passa nem de longe pelo trabalho como atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza e se aperfeiçoa. O trabalho que conhecem é na maior parte das vezes repetitivo, cansativo e pouco engrandecedor” (Brasil, 2006, p. 20).

Assim, “vale notar, ainda, que em todas as regiões do país, o trabalho é apontado pelos alunos de EJA tanto como motivo para terem deixado a escola, como razão para voltarem a ela” (Brasil, 2006, p. 20). Esta realidade pode ser reconhecida no Vale do Jaguaribe, onde um dos motivos que faziam os alunos regressarem aos estudos era o aperfeiçoamento profissional: as empresas exigiam a conclusão dos estudos em nível fundamental. Em se tratando do município de São João do Jaguaribe, isto fica mais evidente quando do depoimento de Jacinta, comerciante: “No trabalho, a alfabetização me ajudou muito, porque eu precisava ler o nome dos produtos”. Pode-se evidenciar esta dupla perspectiva: o trabalho que provocara a evasão no passado, mas que na atualidade trazia os alunos novamente à sala de aula.

A este perfil apresentado pela SECAD-Brasil (2006), as professoras acrescentam que, devido à pouca instrução no tempo regular e à rotina de conciliação entre trabalho e estudos, agravava-se a qualidade na aquisição do conhecimento quando da matrícula na EJA:

⁶ Entrevista concedida a 11 de abril de 2016, no município de São João do Jaguaribe.

[...] pessoas que não tinham nenhum conhecimento de leitura. Pessoas que até a primeira vez que foi para escola foi no MOBRAL. Peguei pessoas que aprenderam mesmo a escrever o nome nesse Programa. Tinha uns muito interessados, mas também tinha muitas pessoas com grandes dificuldades. [...] Povo muito interessado, doido pra aprender (Rosa, professora da PAF).

Era um nível tão diferente... tinha uns que não sabiam nada, outros já sabiam um pouquinho, mas alguns era preciso você pegar na mão, porque geralmente eram pessoas bem idosas, passavam o dia trabalhando e quando era a noite iam (Neide, professora do PAF).

Tinha aluno que vinha do Lima⁷ de bicicleta. Cerca de seis quilômetros e à noite (Leda, professora do PEI).

Apesar das dificuldades apresentadas, os alunos e alunas do MOBRAL buscavam a aquisição das capacidades de leitura e escrita. Como salientado, o interesse pela alfabetização estava associado à escrita do nome completo, uma vez que naquele momento o voto não era permitido aos que se encontravam em situação de analfabetismo, impactando diretamente na procura por turmas de alfabetização funcional (Almeida, 2017). Na alfabetização funcional, a faixa etária dos estudantes era compreendida entre 50 anos ou mais. Poucos alunos estavam na faixa etária de 20 ou 30 anos. Já na educação integrada, os alunos tinham entre 15 e 60 anos. E um desejo em comum: aprender a escrever o nome.

Na perspectiva de Oliveira (1992), o contexto letrado da época trazia desafios às pessoas que se encontravam em situação de analfabetismo. Entretanto, não se pode limitar o conhecimento destas pessoas apenas ao que está ligado à cultura letrada. Para a autora:

Obviamente que, enquanto consumidor de palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação aqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo, tem consciência de que não domina completamente o sistema de leitura e escrita e está, ativamente, buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas da vida que exigem competências letradas (Oliveira, 1992, p. 18).

O comentário acima reveste-se de relevância à medida que denota os limites e possibilidades do alunado da EJA no que concerne à cultura letrada. Os mesmos, por não terem acesso ao sistema convencional de escrita, buscavam estratégias para situar-se no meio, valiam-se de estranhos para orientar-lhes em atividades desenvolvidas com a utilização da

⁷ O Sítio Lima é uma comunidade rural localizada a seis quilômetros da sede.

leitura e da escrita. Desta forma, ao confrontar-se com estas limitações decorrentes da situação de analfabetismo, parte deles buscou a escolarização em turmas de EJA.

No que concerne às experiências com a educação no tempo regular, Francisco Mendes compara a mesma ao MOBRAL. De acordo com o ex-aluno, a preferência pelo MOBRAL deu-se pelo seguinte fato:

Eu gostei muito do MOBRAL, porque ele era muito diferente das escolas que estudei... O professor tinha respeito com a gente. Quando eu era menino, a minha primeira professora deixava a gente na sala e ia namorar. No MOBRAL, não, a professora tava lá toda hora.

O aluno explica que sua preferência pelo Programa tinha significação quando recordava como se dava a educação na escola regular: “[...] eu sentia falta da professora com a gente. Eu queria que ela tivesse dado mais atenção. Acho que era isso que eu precisava pra poder me sair melhor nos estudos” (Francisco Mendes, ex-aluno do PAF).

Já as ex-alunas Maria e Jacinta contam que pouco lembram da escola no tempo regular, tendo em vista que passaram “[...] pouco tempo estudando. Já tinha começado a estudar depois de velha, acho que tinha uns nove anos, aí parei pouco depois” (Maria, ex-aluna do PAF). Jacinta afirma que sua lembrança é restrita à professora “copiando o dever de matemática no quadro e fazendo tabuada”. Era a manifestação do ensino tradicional, marcado pelo verbalismo e centralização no docente, tal como afirma.

Em se tratando das atividades do MOBRAL em sala de aula, os alunos lembravam vagamente de como era o cotidiano. Explicam que recebiam cartilhas: “A gente recebia umas cartilhas grandes...” (Francisco Mendes, ex-aluno do PAF) e que a professora convocava-os a participar da aula, levando-os ao quadro para escrever quando já tivessem desenvolvimento da coordenação motora fina e global: “Quando você aprendesse a cobrir tudinho, é que você ia fazer a palavra só...” (Hilda Alves, ex-aluna do PAF). Isto devia-se ao fato de os alunos, em muitos casos, terem seu primeiro acesso à escola a partir das atividades desenvolvidas no Programa. Neste sentido, cabia ao professor auxiliá-los e fazê-los participar das atividades. Entretanto, naquele contexto, prevalecia a educação tradicional: “A professora mandava escrever no quadro quando aprendia a cobrir” (Francisco Mendes, ex-aluno do PAF).

Sobre os contextos em que estavam inseridos, os quatro ex-alunos e alunas do MOBRAL em São João do Jaguaribe faziam parte de dois: rural x urbano. Como explicitado por Almeida (2017), as atividades no meio rural tiveram se comparados ao meio urbano, tendo em vista que ali se concentrava a maior precarização do ensino e trabalho docentes.

O depoimento de uma professora do PAF, Rosa, ilustra melhor esta afirmação. De acordo com a professora: “Na minha classe tinha de 15 a 16 alunos, mas não vinham todos toda noite não. Mas tinha noite que tinha muita gente também. Tinha noite que vinha cinco, ‘quando der fé’ só vinha três. Era assim, muito variado”.

Esta infrequência era ocasionada por diversos fatores, os quais serão melhor explorados adiante a partir dos depoimentos de ex-alunos e ex-alunas.

Em se tratando da infrequência no meio rural, pode-se perceber que era acentuada, tendo em vista que equivalia a aproximadamente um terço da quantidade de alunos matriculados (Almeida, 2017). Na linha contrária, as atividades do Programa de Educação Integrada, concentradas no meio urbano, tinham maior frequência do alunado. Segundo a professora Leda, do PEI:

Sempre que vai se matriculando, sempre acontece as desistências. Quando começou mesmo era uns 20 ou 22, acho que chegou a terminar com uns 14 ou 15. Tinha evasão, mas não era grande não. Porque sempre tinha alguém que ia embora, mudava de cidade ou comunidade. Lembro que a coordenadora até me parabenizou... E eles tinham muito compromisso... não era aquelas classes que iam só dois ou três não. Faltavam, aqui ou acolá faltavam, mas não era turma faltosa não.

No tocante a este aspecto, observa-se que a infrequência dos alunos da alfabetização funcional era bastante acentuada, uma vez que em sua maioria tratavam-se de trabalhadores rurais, os quais dedicavam maior parte do dia ao trabalho no roçado, “no trabalho duro, no cabo da enxada”, como afirma o ex-aluno Francisco Mendes. Além disso, pesava o desestímulo e dificuldades de aprendizagem, oriundas do abandono precoce dos estudos. Isto fica mais evidente do depoimento das professoras:

O pessoal tudo passava o dia trabalhando, de noite cansados, né? Tinha vez que nem vinha, dizia que tava cansado. Quando era período de inverno, aí tinha as chuvas e eles não vinham (Rosa, professora da PAF).

Eles queriam muito, mas viviam cansados mesmo, aí dificultava a aprendizagem deles (Leda, professora do PEI).

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos nos municípios localizados no interior do estado são preponderantemente trabalhadores rurais, neste sentido, é possível vincular a infrequência à atividade laboral desenvolvida no período diurno, seja na agricultura, seja no comércio. Não obstante, tal infrequência culminava com a evasão.

Dois dos nossos entrevistados afirmam que abandonaram os estudos no MOBRAL em virtude da rotina de trabalho no campo. A seguir os depoimentos de Francisco Mendes e Hilda Alves:

Eu deixei o MOBRAL porque tinha que trabalhar, e eu não enxergava bem; a aula era à noite... Mas eu achava bom... Era divertido... Eu achava bom demais a palestra (Francisco Mendes, ex-aluno do PAF).

Nós era aluno bom, mas teve que sair... Teve gente que aprendeu muito. Mas eu trabalhava o dia todinho e de noite tinha que botar os meninos pra dormir. Cometi um erro muito grande, porque eu era pra ter continuado (Hilda Alves, ex-aluna do PAF).

Pode-se observar, a partir dos depoimentos dos alunos, que os motivos para o abandono dos estudos mais uma vez estavam ligados à família ou ao trabalho. Este tipo de evento, via-de-regra, conservava os mesmos motivos. Para eles, mesmo tendo frequentado a sala de aula do MOBRAL por um tempo considerado curto, o Programa contribuiu significativamente com suas vidas, conforme depoimentos:

Se eu tivesse ficado mais tempo, eu tinha aprendido mais, pode ter por certeza... mas pelo menos o nome eu aprendi, isso eu aprendi sim (Francisco Mendes, ex-aluno do PAF).

A gente não sai porque quer, né, meu filho? Se tivesse ido mais umas aulas tinha aprendido mais, talvez até desse pra ajudar os meninos nos dever da escola (Hilda Alves, ex-aluna do PAF).

A repercussão do Programa na vida destes alunos foi positiva, uma vez que modificou suas vidas: o objetivo voltado à escrita do nome fora alcançado. Novas conquistas também o seriam, se ocorresse a continuidade dos estudos. Entretanto, o ideário destes sertanejos esbarrou na realidade adversa, pois após a experiência do MOBRAL, grande maioria não mais frequentou a sala de aula. Outros relatos ainda dão conta do preconceito contra os que se encontravam em situação de analfabetismo. A seguir serão explorados.

4.1. “Eu era MOBRAL”: relatos de preconceito contra o analfabeto em São João do Jaguaribe

Historicamente, construiu-se o preconceito contra o sujeito do analfabetismo, considerado “o câncer” da sociedade. Este fenômeno pode ser percebido na construção

cultural do termo MOBRAL como designação/adjetivo referente aos sujeitos que se encontram em situação de analfabetismo.

No que diz respeito ao MOBRAL, os alunos da alfabetização funcional, em sua maioria analfabetos absolutos, enfrentavam o preconceito da população, no tocante à sua aprendizagem, na forma de uma palavra: MOBRAL, carregada de negatividade e negação social aos que tiveram o direito à escola suprimido. O nome do programa de alfabetização de adultos passou a ser uma designação às pessoas que se encontravam em situação de analfabetismo: “Eu era MOBRAL, né?” (Hilda Alves, ex-aluna do PAF)

Os alunos se viam como “MOBRAL”, ou seja, analfabetos. O relato da ex-aluna revela a concepção do analfabeto como o improdutivo, o incapaz de ascender socialmente. Estereótipo não criado por acaso: o contexto social em que as atividades do Programa se inseriam trazia a educação como forma de ascensão socioeconômica. Desta forma, aquele que estivesse à sua margem não poderia contribuir para o crescimento econômico do país (Almeida, 2017).

Este preconceito contra o analfabeto também se manifesta nos documentos oficiais de Estado, os quais tinham a compreensão do analfabeto como:

[...] a pessoa intelectualmente incapaz de ler, escrever, calcular, compreender e transmitir. Ao mesmo tempo é socialmente incapaz de: a) servir-se da comunidade; b) servir à comunidade; c) integrar-se no processo de desenvolvimento sócio-econômico e d) participar do contexto político (MEC/DNE, 1966 *apud* Machado, 1997, p. 12, grifos do autor).

Pode-se perceber que o MOBRAL, além de um Programa de alfabetização de adultos, era autoafirmação, a qual, construída historicamente, refletia o preconceito contra o analfabeto. O ex-aluno Francisco Mendes então revela: “A gente passava e o povo gritava: Lá vai o bando de burro”. O depoimento do ex-aluno é inquietante porque denota a violência, o estigma, a carga de preconceito existente contra a pessoa em situação de analfabetismo, o que rebaixava a autoestima, causando desestímulo, e era motivo para estes alunos novamente abandonarem os estudos: “Você sabe que papagaio velho não aprende a falar, né?” (Hilda Alves, ex-aluna do PAF).

A respeito disto, o documento “Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos - Alunas e alunos da EJA”, da SECAD traz:

Uma característica freqüente do(a) aluno(a) é sua baixa auto-estima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola,

muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma auto-imagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (Brasil, 2006, p. 14).

De acordo com Galvão & Di Pierro (2007), mais do que o domínio desta cultura letrada, as situações de preconceito são os desafios de contextos em que os usos da leitura e da escrita são mais difundidos, permeando a vida cotidiana.

Alunos desestimulados e cansados, condições adversas de trabalho, ensino que deixava a desejar. Pode-se perceber até então o descaso governamental com a educação de jovens e adultos, muitos deles sem perspectiva de crescimento pessoal ou profissional, buscavam o reconhecimento de si nas letras de seu nome. Infere-se a perspectiva de futuro dos educandos do Programa, a busca pela identidade: o ser que se reconhecia no corpo, mas não sabia a forma de se manifestar utilizando os signos. Para Galvão & Di Pierro (2007, p. 21):

No contexto urbano letrado, a impressão da digital se torna a marca evidente do estigma de inferioridade atribuído ao analfabeto e as situações de identificação pública passam a ser vividas como humilhação. Por este motivo, a assinatura- o desenho do nome - é a primeira aprendizagem aspirada por qualquer adulto em processo de alfabetização.

Esta problemática é bastante pertinente, tendo em vista que ainda nos dias atuais a procura pela alfabetização de adultos, sobretudo no meio rural, está associada à memorização da escrita do nome.

Carvalho (2006), atesta que a assinatura do nome, embora não possa ser considerada como apreensão da decifração dos signos da leitura e escrita, representa muito para os alfabetizandos e alfabetizandas, posto que encerra um sentido ontológico, de novas identidades em construção. É um alerta para que não se menospreze este primeiro anseio de aprendizagem na EJA, o qual poderá estabelecer um vínculo com o processo de escolarização, fortalecendo a disposição dos alunos e alunas em continuar seus estudos. No entanto, superada a alfabetização voltada ao direito do sufrágio, outros desafios estão levando pessoas às salas de aula de EJA, mas o principal é a empregabilidade (Almeida, 2017).

Indagadas sobre a possibilidade de os alunos conseguirem alfabetizar-se no Programa, as respostas foram divergentes. A professora Leda afirma que houve prosseguimento dos estudos por parte de alguns alunos:

Sim, teve muita gente que conseguiu concluir e estudar mais, alguns concluíram a 8ª série. Lembro de duas que concluíram o ensino médio também, mas essas aí não quiseram ensinar não. Só concluíram... também eram casadas, tinham os filhos.

No contexto urbano houve alunos e alunas que concluíram primeiro e/ou segundo graus. Foi o caso de Maria e Jacinta, ex-alunas do PAF e do PEI, as quais participaram desta investigação. Segundo elas:

Eu concluí os estudos depois que passei pelo MOBRAL. Foi muito bom porque eu tive a oportunidade... Era meio difícil, porque eu ainda tinha os filhos e a casa para cuidar, mas foi uma boa experiência, só assim concluí o segundo grau (Maria, ex-aluna do PAF e PEI)

Eu ainda cheguei na oitava série, se não fosse o MOBRAL, nem isso (Jacinta, ex-aluna do PAF).

Jacinta conseguiu concluir o ensino de primeiro grau, o que já lhe habilitava a ensinar turmas de alfabetização de crianças e adultos, em caráter secundário e precário, de acordo com a Lei 5692/71. Já Maria possui a habilitação para o magistério em segundo grau. Ambas não exerceram a profissão, seja por considerar a docência algo “[...] muito complicado, não tenho jeito para ensinar” (Maria, ex-aluna do PAF), ou porque os estudos estavam voltados para a atuação profissional: “Os estudos ajudaram aqui no comércio, precisava muito para trabalhar com mercadorias” (Jacinta, ex-aluna do PAF).

Indagada sobre a possível continuidade dos estudos por parte dos alfabetizados na zona rural, a Professora Rosa informa: “Não... paravam, paravam, não estudaram mais não”. Esta é outra demonstração do descaso governamental com a educação de jovens e adultos, pois a continuidade dos estudos era relegada a segundo plano, seja mediante a oferta de acesso, seja pela possibilidade de permanência.

Dialogando com Almeida (2017), percebe-se que no município de São João do Jaguaribe, os alunos da zona rural não tiveram a oportunidade de prosseguir nos estudos, tendo em vista a não composição de turmas que contemplassem a formação continuada dos egressos do PAF, diferentemente do que acontecia na zona urbana, onde até 1980 havia turmas de Educação Integrada. Neste sentido, constata-se que o trabalho desenvolvido pelo MOBRAL na zona rural de São João do Jaguaribe era voltado principalmente à formação de eleitorado, não dando a estes alunos oportunidades de prosseguir na escolarização.

No que concerne à aprendizagem na turma de alfabetização funcional, a qual encontrava-se na zona rural, a professora Rosa afirma que:

Não. Alfabetizados não. Só aprendia mesmo a escrever o nomezinho. Em termos de leitura eles só saíram mesmo escrevendo o nome deles, e teve deles que nem aprenderam o nome. Com esses podia continuar uma nova etapa. Não tinham estímulo de estudar não, era só a forcinha de vontade mesmo de aprender o nome. Pode ter certeza que não teve nenhum que aprendeu a escrever outras coisas. Eu acredito que o objetivo do Programa, pelo menos pelo treinamento que a gente recebia, era alfabetizar o adulto. [...] agora eu acho que ninguém quase saiu alfabetizado, porque geralmente o alfabetizado é quando a pessoa aprende a ler e a escrever ... e eles não, não chegavam a isso tudo não.

Pode-se perceber que, diante das realidades opostas, os alunos da alfabetização funcional no meio rural não lograram êxito considerável, caso fosse comparado com as turmas da educação integrada da zona urbana – anteriormente alfabetização funcional também. Para a professora Rosa, os alunos não aprenderam nada mais que escrever o nome, ou seja, a educação que deveria ser voltada para ajudar o cidadão no desenvolvimento de suas funções na sociedade, como advogavam os documentos oficiais do Programa, era apenas uma forma de aproximar os alunos da urna eleitoral.

No entanto, não era o que se percebia diante dos resultados apresentados pelos idealizadores do Programa em âmbito nacional: “Sete anos. O bastante para o MOBRAL alfabetizar aproximadamente 11.500.000 de brasileiros, que viviam dentro da escuridão social” (Brasil, 1976). É preciso redimensionar a situação, uma vez que a dialética nos impõe isto: os alunos da turma do PAF, localizada na zona rural do município, participaram das atividades iniciais do Programa, em 1972, as quais, por serem as iniciais, eram mais passíveis de falhas. Os alunos da turma do PEI, no entanto, além de disporem de infraestrutura adequada para a alfabetização, participaram das ações desenvolvidas nos anos de 1976 em diante, momento em que já havia maior amadurecimento dos profissionais do MOBRAL em São João do Jaguaribe. Infere-se, desta forma, que ao longo dos anos a atuação do MOBRAL no município tenha sido repensada e aprimorada.

A professora Rosa afirma:

Depois que eu comecei a ensinar pré-escolar talvez eu já tivesse mais facilidade pra ensinar do que antes. Quando eu comecei a ensinar pré-escolar eu vi que ali no MOBRAL faltava muita coisa. [...] Na época a gente dava muito valor, achava que era um Programa muito bom, que muita gente podia aprender, que era o sonho de muita gente era aprender. Mas a gente sabe que não era tão bom ne? Poderia ter sido melhor. Ter sido mais assistido. Só que naquela época a gente considerava um Programa bom.

Ademais, o último relato da professora Rosa sobre avaliação do MOBRAL é bastante sugestivo: “Eu achei o MOBRAL um desperdício de dinheiro!”. Segundo ela, houve bastante

material desperdiçado, desvio de verbas destinadas ao Programa e os profissionais não tinham a formação de nível adequado para atuar na alfabetização de adultos. Não obstante, a análise feita dos pontos apresentados anteriormente denota a discrepância existente entre as ações desenvolvidas nos contextos rural e urbano.

No entanto, em entrevista concedida a Borges (2009, p. 85), o ex-presidente do Programa, Arlindo Lopes Correa, afirma que sentiu “a capacidade que o MOBRAL tinha de se transformar em algo que poderia tentar atender a multiplicidade e as necessidades que a população mais carente do Brasil tinha e tem”. Todavia, de acordo com Soares (2003 *apud* Borges, 2009, p. 12), o MOBRAL não atingiu suas metas iniciais:

As metas iniciais previstas, no entanto, ficaram longe de serem atingidas. Isso porque o MOBRAL não alterou as bases do analfabetismo, calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país. Além disso, o seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem.

Apesar de não atingir as metas inicialmente previstas, o MOBRAL teve seu impacto na redução das taxas de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), no que concerne aos percentuais de pessoas na faixa etária compreendida entre 15 anos ou mais, que se encontravam em situação de analfabetismo, observa-se que houve um decréscimo: em 1960, 39,6% da população era considerada analfabeta absoluta, o equivalente a 15.964.852 pessoas; em 1970, houve a redução para 33,6% da população nesta faixa etária, ou seja, 18.146.977. Este percentual reduz consideravelmente na década de 1980, quando 25,5% da população com 15 anos ou mais, equivalente a 18.716.847 pessoas, encontravam-se em situação de analfabetismo. Mesmo com a redução dos índices de analfabetismo, importa registrar que, em números absolutos, este ainda é fenômeno que marca a sociedade, pois ao invés de diminuir a quantidade de analfabetos no Brasil, houve aumento significativo.

Neste sentido, as críticas ao MOBRAL aumentavam, desta vez com a afirmação de que aos poucos o Programa se constituía em um movimento “[...] concebido com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos” (Di Pierro, Joia & Ribeiro, 2001, p. 6), que embora considerado política de alfabetização, tinha características de Campanha e suas finalidades voltavam-se à formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Junto às críticas e insatisfações com o Programa, cresciam no início da década de 1980 as manifestações populares que contestavam o Regime Militar. Isto já era resultado do processo de abertura política no país. Finalizava-se em 1985 o regime militar, após 21 anos de duração. A população assistia ao fim da Ditadura, porém não via ainda o direito de eleger seu presidente. Apenas com a Constituição de 1988, haveria condições legais de exercer a cidadania, escolhendo seus representantes.

No âmbito da educação de jovens e adultos, o MOBRAL ia perdendo vultuosidade no cenário das políticas de alfabetização. Seu objetivo inicial de erradicar o analfabetismo em dez anos não fora cumprido; contestavam-se ainda os resultados “alcançados” pelo Programa – embora seja inegável o decréscimo dos índices de analfabetismo em âmbito nacional (Coelho, 2007).

Em São João do Jaguaribe, a evasão por parte dos alunos foi a principal variável que contribuiu para que não se lograsse êxito na tentativa de composição/formação de novas turmas de alfabetização funcional. Conseqüentemente, as turmas de Educação Integrada não teriam alunos em quantidades suficientes para iniciar um novo ciclo. Assim, o MOBRAL teve suas atividades encerradas no município de São João do Jaguaribe (Almeida, 2017).

Passadas três décadas desde o encerramento do MOBRAL, o desafio para com a Educação de Jovens e Adultos cresce, uma vez que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2012) mostram que o percentual de pessoas que se encontram em situação de analfabetismo, na faixa etária compreendida entre 15 anos ou mais, no Brasil, é de 8,7%, o equivalente a 13.346.860 pessoas. No Ceará, este número é de 1.081.103 pessoas em situação de analfabetismo segundo a PNAD (2012).

Assim, os desafios da Educação de Jovens e Adultos ficam mais evidentes, reforçando que o Estado deve se posicionar quanto à oferta de vagas e permanência dos alunos; formação e valorização dos profissionais da educação, bem como a ampliação das Políticas de Estado voltada à EJA, a fim de que possa efetivamente romper com a lógica de secundarização desta modalidade de ensino.

Este estudo impulsiona a reflexão sobre a importância de pesquisas que enfoque a (re)construção de iniciativas educacionais das décadas passadas em diversos municípios cearenses e de outros estados. Aponta pistas para pesquisas futuras que se voltem à formação das professoras do MOBRAL, autonomia docente e trajetórias de escolarização de educandos. Assim, não encerra o debate, dá início a ele.

Referências

- Almeida, J. P. G. (2017). *Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe (1972-1979)*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.
- Araújo, R. W. A., & Stamatto, M. I. S. (2018). *Política de alfabetização de jovens e adultos: o caso do MOBRAL no município de Riachuelo-RN*. Research, Society and Development, 7 (1), 1-15.
- Borges, L. S. (2009). *A alfabetização de jovens adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA*. Tese de doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Brasil. (2006). *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e alunos da EJA*. Brasília: MEC. Recuperado de <https://goo.gl/EXNgBG>.
- Brasil. (2008). *Documento Base Nacional da EJA*. Brasília: MEC. Recuperado de <https://goo.gl/0aUOTb>.
- Brasil. (1976). *Relatório Soletre MOBRAL e leia Brasil: Sete anos de luta pela alfabetização*. Rio de Janeiro: MEC. Recuperado de http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27955.
- Carvalho, S. M. G. (2006). *Educação do Campo: PRONERA, uma política em construção*. Tese doutorado em educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Coelho, L. R. (2007). *Educação de jovens e adultos: as ações do MOBRAL no município de Patos de Minas/MG (1970-1980)*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Coleti, L. M. B. (2009). *Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos Programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: Evolução ou manutenção das práticas pedagógicas?*. Recuperado de <https://goo.gl/ss5Uvh>.

Di Pierro, M. C., Joia, O., & Ribeiro, V. M. (2001). *Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Cadernos Cedes. 21 (55), 58-77.

Escobar, F. J. P. (2007). *A fundação MOBREAL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-SP*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, Brasil.

Galvão, A. M. O., & Pierro, M. C. D. (2007). *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez.

Gomes, L. K. S. (2012). *Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBREAL em Fortaleza*. Dissertação mestrado em educação brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Ibge. (2000). *Censo Demográfico de 2000*. Recuperado 15 junho, 2020, de <http://www.ibge.gov.br>.

Machado, M. M. (1997). *Política Educacional para Jovens e Adultos: A Experiência do PROJETO AJA (93/96) na Secretaria Municipal da Educação de Goiânia*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

Oliveira, M. K. (1992). *Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento*. Travessia: Revista do Migrante. 5 (12), 230-254.

Paiva, V. (1973). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Pnad. (2012). *Síntese de indicadores (2012)*. Recuperado em 11 junho, 2020, de <https://goo.gl/BoiPyU>.

Romanelli, O. O. (1999). *História da Educação no Brasil* (22a. ed.). Petrópolis: Vozes.

Silva, J. C. (2013). *O MOBRAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João Paulo Guerreiro de Almeida – 50%

Sandra Maria Gadelha de Carvalho – 50%